



REPUBLICAÇÃO DA LEI 3.875 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025 COM ANEXO ÚNICO



LEI Nº 3.875 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

EMENTA: Autoriza a conversão em pecúnia de períodos de licença-prêmio adquiridos pelos servidores estáveis da Administração Direta e Indireta do Município de Petrolina e estabelece critérios e procedimentos para sua concessão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PETROLINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a conversão em pecúnia das licenças-prêmio adquiridas e não usufruídas pelos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Município de Petrolina, nas seguintes condições:

I - Os servidores estáveis da Administração Direta e Indireta do Município de Petrolina que se encontrem em licença médica vigente, devidamente homologada pelo Instituto de Gestão Previdenciária de Petrolina - IGPREV, para tratamento de doenças graves, contagiosas ou incuráveis, conforme rol taxativo previsto nesta lei, poderão requerer a conversão.

II - Os servidores aposentados que possuam meses de licença-prêmio não gozadas poderão requerer a conversão desses períodos em pecúnia.

Parágrafo único. A conversão em pecúnia constitui vantagem pecuniária de natureza indenizatória, não incorporável à remuneração para quaisquer efeitos legais.

Art. 2º - Para fins desta Lei considera-se:

I - licença-prêmio: o direito adquirido nos termos dos arts. 115 a 119 da Lei Municipal nº 301/1991;

II - conversão em pecúnia: a substituição do gozo do período de licença-prêmio pelo pagamento proporcional ao tempo adquirido;

III - servidores estáveis: servidores da Administração Direta e Indireta do município de Petrolina que tenham concluído o estágio probatório e não estejam respondendo a processo administrativo disciplinar;

IV - doenças graves, contagiosas ou incuráveis:

- a) Tuberculose ativa;
- b) Alienação mental;
- c) Neoplasia maligna;
- d) Hanseníase;
- e) Esclerose múltipla;
- f) Cegueira;
- g) Paralisia irreversível e incapacitante;
- h) Cardiopatia grave;
- i) Doença de parkinson;
- j) Espondiloartrose anquilosante;
- k) Nefropatia grave;
- l) Hepatopatia grave;
- m) Insuficiência respiratória crônica;
- n) Estados avançados da doença de paget (osteíte deformante);
- o) Síndrome da imunodeficiência adquirida (aids);
- p) Contaminação por radiação.





§ 1º O anexo único desta Lei deverá conter a lista completa das correspondentes CID-10, para padronização das avaliações médicos-periciais.

§ 2º A abrangência do caput poderá incluir todas as modalidades de licença médica reconhecidas e homologadas pelo IGPREV.

Art. 3º - O requerimento de conversão em pecúnia deverá ser apresentado por meio de protocolo específico.

§ 1º - O pedido deverá conter:

- a) Identificação completa do servidor, incluindo matrícula funcional e lotação;
- b) Indicação dos períodos de licença-prêmio pretendidos;
- c) Laudos médicos e documentos comprobatórios;
- d) Declaração de atendimento aos requisitos legais;
- e) Dados bancários.

Art. 4º - O valor referente à conversão das licenças-prêmio será equivalente às remunerações que o servidor teria direito se estivesse usufruindo a licença, constituindo vantagem pecuniária temporária, de natureza indenizatória, não incorporável à remuneração para qualquer efeito legal.

Parágrafo único. Excluem-se do cálculo da indenização as vantagens de natureza transitória ou eventual, tais como horas extras, substituições temporárias, diárias e ajuda de custo.

Art. 5º - O servidor que optar pela conversão da licença-prêmio em pecúnia perderá o direito de usufruir desses períodos.

Art. 6º - O Pagamento em pecúnia da licença prêmio deverá obedecer o seguinte critério:

I - Após apuração do período adquirido dos servidores enquadrados no inciso I do art 1º desta lei, faculta-se a Administração a possibilidade de realizar o pagamento do(s) quinquênio(s) parceladamente, de modo que cada parcela corresponderá ao período de 01 (um) quinquênio.

II - Após apuração do período adquirido dos servidores enquadrados no inciso II do art 1º desta lei, a Administração deverá realizar o pagamento do(s) quinquênio(s) parceladamente, de modo que cada parcela corresponderá ao período de 01 (um) quinquênio.

III - Cada quinquênio será calculado com base na remuneração percebida no mês anterior ao gozo, quando se tratar de servidor ativo, e à última remuneração antecedente à data da aposentação.

Art. 7º - O pagamento dos valores referentes à conversão em pecúnia, para servidores que tenham ação ajuizada para obtenção dessa indenização ainda sem trânsito em julgado, será realizado somente após a comprovação da desistência da ação judicial.

Parágrafo único - Fica vedado o pagamento administrativo de períodos referentes às licenças prêmio que tenham sido objeto de ação judicial já transitada em julgado.

Art. 8º - Fica alterada a redação do art. 2º da lei 1060/2001, passando a vigor com a seguinte redação:

Art. 2º Fica vedado ao servidor público e aos empregados das entidades da administração indireta municipal, o pagamento de férias e licença-prêmio não gozadas, salvo, quanto à esta última, por motivo de moléstia grave, definida em lei municipal, falecimento do servidor em atividade ou ato de aposentadoria.

Art. 9º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da

Assinado por 1 pessoa: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/91A4-1FB7-1B3B-CF7B> e informe o código 91A4-1FB7-1B3B-CF7B





Administração Direta ou Indireta.

Art. 10. Ficam revogadas as disposições em contrário, permanecendo íntegra a Lei Municipal nº 301/1991, especialmente quanto ao direito originário ao gozo da licença-prêmio.

Art. 11. Os casos omissos serão apreciados pelo órgão ou entidade de lotação do servidor, podendo ser ouvida, quando necessário, a Procuradoria Geral do Município.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 12 de dezembro de 2025.

SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO
Prefeito Municipal

Assinado por 1 pessoa: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/91A4-1FB7-1B3B-CF7B> e informe o código 91A4-1FB7-1B3B-CF7B





ATO DE SANÇÃO Nº 1.977/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PETROLINA, desincumbindo-se de suas atribuições legais e com arrimo no art. 60, inciso V, da Lei Orgânica do Município, e considerando o atendimento do regular procedimento legislativo à espécie aplicado.

D) - RESOLVE: SANCIONAR e PROMULGAR a lei que "Autoriza a conversão em pecúnia de períodos de licença-prêmio adquiridos pelos servidores estáveis da Administração Direta e Indireta do Município de Petrolina e estabelece critérios e procedimentos para sua concessão" Tombada sob nº 3.875 de 12 de dezembro de 2025, publique-se, nos termos e na forma da lei.

Gabinete do Prefeito, 12 de dezembro de 2025.

SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO
Prefeito Municipal

Assinado por 1 pessoa: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/91A4-1FB7-1B3B-CF7B> e informe o código 91A4-1FB7-1B3B-CF7B





ANEXO ÚNICO

Das doenças abrangidas por esta Lei (CID-10)

- CID A15-A19 - TUBERCULOSE
- CID F20-F29 - ALIENAÇÃO MENTAL
- CID C00-C97 - NEOPLASIAS MALIGNAS
- CID A30 - HANSENÍASE
- CID G35 - ESCLEROSE MÚLTIPLA
- CID H54 - CEGUEIRA
- CID G83 - PARALISIA IRREVERSÍVEL E INCAPACITANTE
- CID I50 - CARDIOPATIA GRAVE
- CID G20 - DOENÇA DE PARKINSON
- CID M45 - ESPONDILOARTROSE ANQUILOSANTE
- CID N18 - NEFROPATIA GRAVE
- CID K74 - HEPATOPATIA GRAVE
- CID J96 - INSUFICIÊNCIA RESPIRATÓRIA CRÔNICA
- CID M88 - DOENÇA DE PAGET
- CID B20-B24 - AIDS
- CID T66 - CONTAMINAÇÃO POR RADIAÇÃO

Gabinete do Prefeito, 12 de dezembro de 2025.

SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO
Prefeito Municipal

Assinado por 1 pessoa: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1000.com.br/verificacao/7A21-ECE2-A1C3-54E8> e informe o código 7A21-ECE2-A1C3-54E8

